

Terraço
Terraço
Terraço
Terraço
Terraço
Terraço

NOVA IORQUE / LISBOA:
37 DIAS DEPOIS...

LUÍS MOITA
JOÃO SALGUEIRO
MARIA DE LOURDES PINTASILGO

Terraço
Terraço
Terraço
Terraço
Terraço
Terraço
Terraço
Terraço
Terraço
Terraço
Terraço
Terraço
Terraço

Graal

PUBLICAÇÕES TERRAÇO

12

Nova Iorque / Lisboa: 37 dias depois...

Luís Moita
João Salgueiro
Maria de Lourdes Pintasilgo

Luís Moita: Vou-me dispor a fazer uma reflexão que não spanha muito de surpresa. Há demasiadas demoras decorridas desde 34 de setembro. Lançamos a sonda para este espaço, na a seriedade de uma análise. É ao mesmo tempo, por outra parte, vou oferecer-me a propor-vos aqui algumas questões, não sei como lhes chamar, que permitam enquadrar a nossa análise da situação presente. Não são que não haja ou mesmo caso não corra o risco de dizer banalidades, de recordar coisas simples, mas faço questão de não elas cometer.

— Tenho aqui alguns pontos escritos, queri saber se são as vezes um pouco rápidos. Porque já nos conhecemos bem, não vou ficar com a preocupação de recordar alguns pressupostos (para bom entenderem meia palavra basta), de modo que não desenvolverei alguns desses pontos.

— O primeiro que gostaria de dizer em esta apresentação não crime contra a humanidade, isto é uma afirmação que provavelmente é difícil para todos os que não sabem, mas gostaria de a tocar por minutos. De seguida de 11 de Setembro foram

— Detido no Terraço a 10 de Outubro de 2001, durante-se a reunião pública comunicada.

— Luís Moita é Professor e Vice-Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa. João Salgueiro, actualmente Presidente da Associação Portuguesa de Bancos e Director da WDES. Maria de Lourdes Pintasilgo, ex-Ministra da Saúde e ex-Ministra da Educação e do Desporto de Portugal.

PUBLICAÇÕES "TERRAÇO"

Nova Iorque / Lisboa: 37 dias depois...¹

Luís Moita²

João Salgueiro

Maria de Lourdes Pintasilgo

Luís Moita: Vamos discorrer sobre uma realidade que nos apanha muito de surpresa. Há demasiados demónios desencadeados, há demasiados fantasmas à solta, para nós termos, já, a serenidade de uma análise. E no entanto, pela minha parte, vou atrever-me a propor-vos aqui algumas convicções, não sei como lhes chamar, que permitem enquadrar a minha análise da situação presente. Sinto até que num ou noutro caso vou correr o risco de dizer banalidades, de recordar coisas simples, mas faço questão de por elas começar.

Tenho aqui alguns tópicos escritos, quem sabe? vou ser às vezes um pouco rápido. Porque já nos conhecemos bem, não vou estar com a preocupação de recordar alguns pressupostos (para bom entendedor meia palavra basta), de modo que nem desenvolverei alguns desses pontos.

O primeiro que gostava de tocar era este: presenciámos um crime contra a Humanidade. Isto é uma afirmação que possivelmente é banal para todos os que me ouvem, mas gostava de a trocar por miúdos. Os atentados de 11 de Setembro foram

**um crime
contra a
Humanidade**

¹ Debate no **Terraço** a 16 de Outubro de 2001. Manteve-se o registo oral das comunicações.

² Luís Moita é Professor e Vice-Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa. João Salgueiro, economista, Presidente da Associação Portuguesa de Bancos e Director da SEDES. Maria de Lourdes Pintasilgo, ex-Primeira Ministra, Membro do Conselho Internacional de Ex-Chefes de Governo.

dos maiores crimes provavelmente que nos foi dado presenciar. Eles provocaram nomeadamente, mais em Nova Iorque do que até em Washington no Pentágono, a morte multitudinária de civis inocentes, o que não é um acontecimento novo. Mas com uma característica que convém não esquecer: teve a particularidade de ser um ataque ao cosmopolitismo, já que morreram pessoas de cerca de 60 nacionalidades. Numa cidade, ela própria peculiar, dita por vezes cidade-mundo, Nova Iorque. Há um terceiro factor, para além da morte multitudinária de inocentes e do ataque ao cosmopolitismo, que dá – como é óbvio, mas enfim deixem-me explicitá-lo – uma particularíssima gravidade aos acontecimentos, e que é o aviltamento a que foi reduzida a condição humana naquele acontecimento. Não me recordo nalguma outra circunstância de, em tão grande escala, seres humanos terem sido reduzidos à condição de projecteis, à condição de explosivos. É uma situação de redução da condição humana, como poucas vezes é possível recordarmos. Nós sabemos que há suicidas, homens-bomba, assim designados, movidos por ideais místicos, quem sabe, imolam-se sob a forma de martírio para lutar por uma causa que julgam superior à própria vida. Mas, naquele caso peculiar, além do suicídio dos intervenientes principais, eles induziram também, voluntária ou involuntariamente, o suicídio colectivo (refiro-me aos que saltaram das Torres), o que agrava o facto em si. Tudo isto nos recorda como há mentalidades impregnadas da cultura da morte, a fazer lembrar os piores tempos da guerra civil espanhola em que as correntes de direita proclamavam “Viva la muerte”. Como que um eco disso, agora, ressoa, de novo, num acto todo ele impregnado de cultura da morte. Adicionalmente, estava capaz de acrescentar que há um factor de acrescida gravidade aos acontecimentos criminosos de 11 de Setembro, que é a cobardia política de ter sido um acto não reivindicado. Tendo sido logicamente um acto político, até hoje não houve ninguém que o explicasse, que o reclamasse como obra sua, e que dissesse que objectivos tinha ao praticá-lo. Isto contraria toda a tradição, digamos, das forças de qualquer cariz que, ao usarem da violência, a explicam e até a legitimam, coisa que não aconteceu desta vez.

morte multitudinária; ataque ao cosmopolitismo

aviltamento da condição humana

acto político, mas não reivindicado

não à impunidade

A serem verdadeiros estes tópicos, dos quais eu estou profundamente convicto, passo a um segundo ponto que é para mim a dedução lógica do primeiro: é intolerável a impunidade dos responsáveis. Nós lutámos tempo demais contra a impunidade de crimes violentos praticados por toda a sorte de poderes, para podermos tolerar que um crime desta natureza e com a envergadura desta gravidade fique impune. Pelo crime em si, pelo facto de ser uma criminalidade organizada em vasta escala, e por existir uma teia de redes de outras formas de criminalidade organizada que com ela estão solidárias. Isto é um fenómeno muito preocupante no mundo contemporâneo, onde cada vez mais um actor forte da própria cena internacional é o poder paralelo. Nós já vimos isso, enfim, desde o Kosovo à Macedónia, a importância que tem por exemplo a mafia albanesa, como agora os cruzamentos que existem aparentemente entre este acto terrorista e a produção de ópio no Afeganistão e toda a rede de narcotraficantes.

papel das Nações Unidas

Se julgo que é indispensável sermos intolerantes face à possível impunidade, também julgo que, justamente porque se trata de um crime contra a humanidade, devemos em absoluto reclamar que ele seja julgado e que seja praticada justiça por uma jurisdição internacional. Não é só a nação norte-americana que foi afectada por aquele conjunto, como disse. Fomos todos nós. Se há coisa que caracteriza o crime contra a Humanidade é o ele justamente não poder ser circunscrito, ofendendo este ou aquele, mas ofendendo a condição humana no seu conjunto. Um crime contra a Humanidade é imprescritível (não prescreve com o tempo) e pode ser julgado para além da jurisdição territorial (o seu julgamento não está limitado no espaço). Por outras palavras, defendendo como defendo a necessidade imperiosa de uma jurisdição internacional, eu julgo que a solução, face ao crime, deve ser vista no quadro de uma operação policial, gerida pelo sistema de segurança colectiva que conhecemos pelo nome de Nações Unidas. Mesmo que a operação, sendo de natureza policial como é aquela que com lógica enfrenta a criminalidade, mesmo sendo uma operação policial, possa recorrer a meios militares.

Compreendem seguramente a distinção que eu estou a estabelecer e a recordar casos recentes, onde de algum modo esta ambivalência foi posta em prática. Basta ver a prisão e julgamento de Milosevic pelo Tribunal de Haia. Ele foi preso por forças militares, reconduzido militarmente à capital de um país que já não era o seu. Portanto não é a primeira vez que se assiste à conexão entre operações de natureza policial e a utilização de forças militares.

A ninguém com lucidez escapa que a principal dificuldade da situação é a de saber como podemos articular a necessária aplicação da justiça com a não menos necessária inibição, digamos assim, da espiral de violência. É a grande questão para a qual possivelmente nenhum de nós tem resposta cabal, porque, por um lado, repito, consideramos que deve ser punido o crime em causa; por outro lado, temos a necessidade, historicamente reconhecida, de evitar a escalada da vingança e a espiral da violência.

Para as notas muito breves que tenho aqui a seguir, vou-me inspirar de uma distinção curiosa que apanhei num texto publicado no *El País*, há já talvez um ano ou dois atrás, do nosso bem conhecido Umberto Eco que, discorrendo sobre a guerra, distingue a um dado momento a paleo-guerra da neo-guerra – guerras antigas e guerras novas. Nós estamos aqui confrontados, na situação actual, com uma guerra de tipo novo. Mas também vos digo que está longe de ser surpreendente que ela apareça. Quem está familiarizado com a literatura a este respeito sabe que desde há bastantes anos os analistas vêm anunciando que estão a emergir novas formas de conflitualidade no mundo que não são equiparáveis às guerras convencionais ou clássicas a que estamos habituados. Basta ver com que raridade hoje são travadas guerras de natureza territorial para disputa de território ou de espaços vitais, com que raridade hoje se verificam as chamadas guerras inter-estatais, e com que frequência vemos emergirem novos actores militarizados, sejam grupos terroristas, sejam grupos diferenciados, enfim, as mais diversas formas, até ao ponto de assistirmos a empresas privadas – que hoje são actores de guerra.

**perigo de
uma espiral
de violência**

**um novo
tipo de
guerra**

Isto justifica que, para além de todos os aspectos comunicacionais e tecnológicos que as guerras de hoje envolvem, se possa falar, com Umberto Eco, da neo-guerra.

O que é estranho é que nesta conjuntura nós estamos a assistir a uma colisão entre fenómenos da neo-guerra e fenómenos da paleo-guerra. Vou tentar explicar rapidamente: há uma análise possível com uma conclusão seguramente arriscada que todavia é possível extrair: é que nestas duas últimas décadas, grosseiramente desde os anos 79-80 do século passado até 2001, se pode porventura comprovar uma tendência para a inutilidade da forma “guerra” como método de resolução dos conflitos entre comunidades humanas. Esta frase quer dizer que há uma tendência aparente, que os factos parecem confirmar, para concluir que as guerras já se não ganham.

**terror,
terrorismo**

Aliás, há um fenómeno curioso que nos vai permitir recuperar aqui o tema do terror e do terrorismo que me permito recordar, com a brevidade histórica possível. O que é que se passou relativamente a esta designação de “terrorismo”, atribuída às formas de violência nas nossas sociedades.

Confesso que, quando me pediram para preparar estas notas, fui reler algumas coisas. Não vou ter tempo nem de perto nem de longe para trazer aqui muitas das ideias. Por exemplo, seria interessante repensar por que é que a seguir à Revolução Francesa há um grande período de terror; antes da Revolução Russa de 1917, existe uma revolução em 1905 – uma revolução de intelectuais anarquistas –, marcadíssima pelo terror.

O terror, o terrorismo, na minha concepção, e é bom que este conceito seja precisado para sabermos ao certo do que é que falamos, gosto de o circunscrever a três situações: primeiro, a luta política violenta numa sociedade democrática; segundo, o assassinato político; terceiro, o atentado indiscriminado contra civis inocentes fora da situação de combate. O primeiro ponto parece-me evidente. A questão do assassinato político, só posso tratá-la aqui muito de raspão, mas chamo a vossa atenção para o facto de nos Estados Unidos se suscitar a

hipótese de se alterar uma norma, que eu creio que é da Constituição Americana, que impede que os Estados Unidos promovam o assassinato de qualquer indivíduo fora da sua fronteira. Eles praticam a pena de morte lá; fazem justiça no seu sistema judiciário, mas não podem praticar o assassinato político. Quando Ariel Sharon faz assassinatos políticos, ele tem uma prática que pode, quanto a mim, ser tipificada como acto terrorista.

A matança colectiva fora da situação de combate é outra situação típica de terrorismo. Repito, matança colectiva fora da situação de combate. Porque, para não estarmos a brincar com as palavras, nem toda a violência é terrorismo. As guerras que historicamente grupos humanos e comunidades humanas têm travado uns contra os outros são terríveis, mas não as classificamos como terrorismo, para não banalizar o termo e não chamarmos todas as coisas a tudo.

Recordo-vos como uma boa parte da opinião mesmo portuguesa designava como terrorista o que outra boa parte designava como a legítima luta de libertação. Chamo a atenção, para que estas coisas não fiquem sepultadas na penumbra da nossa memória.

A partir dos anos 80, essa forma, se quiserem continuar a designá-la de terrorismo, saberão ou poderão fazê-lo, essa forma que era de guerrilha passou a ser usada, de novo para simplificar, pelas forças da direita contra regimes e sistemas de esquerda. Basta lembrar o que foram os "Contra", na Nicarágua; a "UNITA", em Angola; a "Renamo", em Moçambique; os "Mujahidin", no Afeganistão – todos apoiados pela Administração Reagan durante os anos 80, designando "guerra de baixa intensidade" essa ofensiva de guerrilha contra regimes hostis. Portanto, alguma atenção tem de haver e algum cuidado havemos de ter com a forma como classificamos de terrorismo estes ou aqueles actos.

Quando Umberto Eco fala de neo-guerra, eu percebo bem o que ele quer dizer, e não sei se todos os que me ouvem partilham a minha sensação. Estas últimas guerras que têm

**nem toda a
violência é
terrorismo**

**as "não-
guerras"**

sido travadas aos nossos olhos, embora muito ocultadas, têm-nos dado a ilusão de que nós assistimos à guerra em directo, desde o Golfo, e chamo a atenção para a grande ilusão que isso constitui, porque são guerras nocturnas, invisíveis e que nos estão ocultadas no seu essencial. Ainda hoje admito que nenhum dos presentes possa ter o balanço do que foi a ofensiva contra o Iraque, já há 10 anos atrás. As guerras que estão a ser travadas deixam-nos a sensação de que não resulta dali vitória nem derrota, e que muitas vezes têm só efeitos perversos. Quantas das últimas que têm sido feitas, e não sei se uso mesmo o termo guerra para as designar, porque muitas vezes elas são não-guerras, mas a verdade é que desencadeiam precisamente os males que queriam curar, agravando as limpezas étnicas e outros objectivos, aliás legítimos, que tentavam impedir.

Eu disse não-guerra. Desde o Iraque e o Kuwait, tenho esta sensação de que aquilo em boa verdade não é uma guerra. Há uma tal desproporção de meios, há, digamos, uma tão assinalável ausência de um dos contendores, que em boa verdade temos dificuldade em lhes chamar guerras. E não é por acaso que na prática contemporânea se deixou cair hábitos ancestrais de declaração de guerra e de reunir os parlamentos para legitimarem a operação militar. Não. São intervenções militares que parece não terem a clássica natureza de guerra e por isso pergunto se serão verdadeiramente não-guerras, como esta a que estamos assistir. É em boa verdade uma "não-guerra", no sentido em que não há dois contendores. Eu ainda não vi combates: vi ofensivas, vi agressões, vi intervenções, como queiramos chamar-lhes.

Permito-me duvidar da eficácia dessa forma de intervenção para resolver o conflito aberto e sobretudo para punir eficazmente o crime contra a Humanidade que já caracterizei no princípio. A verdade é que estas neo-guerras, no caso como o vertente, encontram pela frente uma paleo-guerra. Quando digo paleo-guerra, estou já a extrapolar o sentido que Umberto Eco lhe atribui. Já não digo só as guerras à maneira antiga, digo uma guerra retrógrada no sentido mais forte do termo.

Uma guerra santa, ainda por cima. Possivelmente explicável por uma peculiaridade que, para nós ocidentais, é difícil de apreender, que é a tradição islâmica – que remonta ao séc. VII da nossa era cristã – fazer confluir na mesma pessoa, nomeadamente na personagem do profeta Maomé, em oposição clara à tradição cristã, a liderança política, a liderança religiosa e a liderança militar. Maomé foi não só um profeta, como também um líder político e militar, que conseguiu militarmente unificar as tribos dispersas da Península da Arábia e criar um Estado com uma capital.

Isto, ou ao menos a recordação disso, permite-nos compreender por que é que no código genético do Islamismo é tão afim, tão próxima, a vertente político-religiosa e a liderança militar. É talvez isso o que hoje ainda permite a guerra santa. Com uma agravante, que nós de cultura cristã bem podemos perceber, creio eu: é que não houve no mundo islâmico uma teologia progressista. Porque quem conhece, como nós conhecemos, os movimentos de retorno às fontes, de refrescamento, de enraizamento na mensagem evangélica, na pureza bíblica que desde há dezenas de anos muitos de nós andamos a cultivar, isso tem-se traduzido não num sentido retrógrado, obscurantista, integrista, no sentido negativo da palavra, mas justamente no sentido emancipatório, libertador, próprio de uma releitura, chamemos-lhe agora, se a palavra é possível de utilizar nestes termos, progressista, para as nossas próprias referências basilares, enquanto cristãos. Ora bem: este fenómeno está ausente do mundo islâmico. Se me fosse permitida a ironia, quase me apetecia propor um diálogo entre teólogos! Desculpem-me esta tirada um pouco arcaica, mas, se fosse possível nós crentes falarmos de crente para crente com os “estudantes de teologia”, que são os taliban, e tentarmos um entendimento sobre, afinal, o único Deus ser um Deus não da morte, mas da vida – uma coisa que Abraão descobriu ao não matar seu filho Isaac, pois percebeu que o Deus que se lhe estava a revelar era o Deus da Vida. Quem sabe se esse diálogo era possível...

Mas isto agora já é um pouco fantasiar à volta de coisas pouco estratégicas (ou não!), indo ao fundo desse diálogo

**raiz da
'guerra
santa' do
Islão**

inter-crentes para redescobrirmos um Deus único, libertador e solidário. Mas recordo esse aspecto com a mesma veemência com que afirmo a necessidade absoluta de impedirmos a impunidade, que me permite duvidar da eficácia da resposta militar, preconizando, como preconizo, uma solução policial no quadro internacional das Nações Unidas.

**risco de uma
guerra
alargada**

João Salgueiro: O problema é que não sei onde é a sede da polícia internacional. Não tem endereço telefónico, nem endereço postal: não existe. As Nações Unidas são a coisa mais parecida, e não fazem acções de polícia. As Nações Unidas consolidam uma paz que foi acordada antes, sem o que não há intervenção possível. No quadro actual, portanto, estamos muito mal. Mas não era disso que eu ia falar. Era só para lançar um princípio de polémica. Porque, obviamente, caminhos desagradáveis são desagradáveis, o problema é saber se há outros. Eu tenho o maior receio de que, dada como disse e muito bem, a desproporção de meios, a possibilidade que os Estados Unidos têm de se auto-conter não dure muito tempo. É difícil imaginar que um poder político que depende de eleições se vai auto-conter se houver muitas provocações. Ou se resolve o problema rapidamente, e eu não percebo por que é que não foi possível aos países islâmicos como era do seu interesse encontrar rapidamente uma solução. Sem isso, penso que podemos estar a caminhar para uma guerra muito alargada. A I Guerra Mundial começou com o assassinato de um príncipe herdeiro e foi uma escalada. Porque obviamente não se vai pedir que um acto terrorista não seja castigado. Depois as forças austríacas tiveram que intervir, depois tiveram que intervir os russos, depois os alemães, depois os outros aliados, criando uma cadeia tremenda. Acho que é uma das razões por que o governo britânico está a tentar limitar o problema ao Afeganistão, neste momento, para tentar que a guerra, se houver guerra, se contenha num âmbito circunscrito.

Mas não vamos ter a ilusão de que, se houver provocações... Vamos imaginar alguns cenários destes mais terroristas que foram lançados. Esta guerra biológica é fácil, mas há

outras mais complicadas. Há vários tipos de bacilos que são indetectáveis nas primeiras semanas. Portanto pode-se contaminar uma cidade inteira, sem haver a possibilidade de resistir. Se isso se fizer, eu acho que teríamos uma guerra. É bom que tenhamos esta noção. Não era minha intenção falar sobre isto, mas acho que não devemos ter ilusões sobre a necessidade de resolver coisas rapidamente, porque se podem tornar muito complicadas e depois normalmente se resolvem mal: resolvem-se à força.

Voltando agora àquilo que eu tinha pensado que poderia dizer em poucas palavras. Estamos a viver obviamente uma época histórica. Em poucos momentos na nossa geração nós tivemos a noção de que tanta coisa se pode alterar em tão pouco tempo. Pode não se alterar, mas pode alterar-se. É daquelas épocas em que muita decisão, muita mudança, pode ter lugar.

É evidente que todos nós nos encontramos todos os dias com a história e é muitas vezes porque o grau de esclarecimento e o grau de intervenção são insuficientes que depois temos rupturas históricas.

Aliás, vivemos isso de uma forma, à nossa escala, dramática, sem capacidade de equacionar bem o problema da alteração do padrão de relações coloniais e de organizar a descolonização. Exactamente, não fomos capazes de organizar o progresso no dia-a-dia da nossa história, e tivemos uma ruptura. E podemos ter de novo uma ruptura se, por exemplo, se prolongar esta política, quanto a mim irresponsável, de deixar avolumar os desequilíbrios da nossa sociedade para evitar soluções difíceis no momento, porque agora estamos obrigados a uma estrita disciplina no contexto europeu. Mas não vem agora a propósito falar da política económica e financeira nacional.

A nível internacional, podemos estar a assistir a outro fenómeno desse género: deixar agravar o conflito até um determinado limite. Parece estar tudo bem, mas, exactamente porque nós não intervimos diariamente na história, podemos ter uma

**grandes
alterações
possíveis**

**insuficiente
grau de
esclareci-
mento e de
intervenção**

**perigo de
uma ruptura
mundial**

ruptura complicada. Mas esse não é um problema nosso, é um problema mundial e há quem não acredite que a história tem um sentido. Mas há quem acredite. Há algum progresso na História? Podemos ter uma posição relativista, de que todas as civilizações têm idêntico valor, não há progresso, não há evolução e portanto é um problema de coexistência ou de vitórias de umas sobre as outras. É bom saber se nós aceitamos que pode haver algum avanço nas relações sociais ou se não pode haver. Podemos comparar a escala de valores que temos hoje com a que tínhamos na Idade Média, com a que tínhamos no período da Inquisição, ou, se quiserem, com a que tínhamos há 40 anos atrás. E acho que a maioria de nós pensa que houve mudanças positivas. Nós hoje temos uma forma mais evoluída de nos situarmos perante o momento que estamos a viver do que tinham os nossos antepassados, alguns longínquos outros recentes.

**houve
progressos...**

O progresso da ciência e da tecnologia permitiu dominar muito mais os meios de produção. O problema da fome em Portugal está irradicado. Eu ainda sou do tempo em que se morria de fome no Inverno, em algumas regiões do país. Em que se andava descalço. Em que não havia a possibilidade de resguardos contra o frio. As roupas usadas tinham uma enorme utilidade. Isto está ultrapassado porque desenvolvemos uma capacidade de produção, utilizando os meios científicos e tecnológicos, que responderam a um volume de necessidades, com muito menor esforço e com muito menor volume de horas de trabalho. Houve um enorme avanço tecnológico e de produção de bens e de serviços. Acho que também houve um enorme progresso na organização social, porque as pessoas hoje aceitam que os direitos básicos de todos devem ser respeitados. E mais: que deve haver liberdade de informação e de opinião.

**... mas não
em todo o
mundo**

Isto é verdade entre nós e é verdade em alguns outros países, mas não é verdade na maior parte dos países do mundo. Assim, nós estamos numa situação em que temos situações históricas diferentes; temos tendência para classificar alguns dos outros países como culturas medievais em comparação

com a nossa história. Estamos a ver nos países muçulmanos tipos de valores semelhantes aos que já tivemos na Idade Média, na época da Reconquista, por exemplo.

Noutros países, em que o Estado impõe um modelo, verifica-se uma situação em grande parte idêntica ao nosso sistema do tempo da Inquisição, em que se impunham modelos de pensamento. Havia um modelo de estado que se impunha através de meios civis e religiosos, uma maneira de pensar e viver, expulsando minorias, impondo conversões a outras. Também há disso actualmente na Humanidade. Mas a posição dominante é diferente. Está na esfera de cada povo organizar-se conforme quer. Só que há um movimento de interacção entre a várias sociedades. Até há poucas décadas, tínhamos uma situação em que o Afeganistão ou o Nepal ou a Etiópia estavam praticamente fechados em relação ao exterior. Tinham as suas culturas tradicionais. O grau de relações com o exterior era muito pequeno. A interacção era limitadíssima. E quando alguém queria intervir dentro desses países geralmente era rejeitado.

Obviamente que havia a possibilidade de conflitualidade na evolução histórica dentro de cada país. Mas internacionalmente tivemos dois grandes países desde a última guerra: os Estados Unidos e a União Soviética, que faziam o papel de polícias. Dentro da sua esfera de influência, eles asseguravam que havia um certo número de regras de convívio que tinham que ser respeitadas. Sabia-se então quem era o polícia. Algum satélite que fosse longe demais, era metido na ordem por um ou pelo outro. Terrorismo feito a partir da União Soviética nos Estados Unidos não era possível e vice-versa, daria um conflito entre os responsáveis principais dessas duas esferas de influência. Com o fim da bipolarização do mundo e do papel disciplinador das duas grandes potências, chamemos-lhe assim, para não chamar uma coisa mais dura ao que era uma guerra fria que criava esferas de alguma estabilidade, com violências e com injustiças dentro de cada uma delas, mas que evitava de facto uma situação de conflitualidade mundial.

ilusões quanto à globalização

De 1989 para cá, houve a ilusão de que o problema da paz mundial estava resolvido. Que a economia de mercado se ia espalhar em todo o mundo e que a globalização da economia mundial iria assegurar o progresso de todas as sociedades humanas. Eu acho que é angelismo pensar assim. Não podemos esquecer experiências de alargamento das esferas económicas de vários países quando se unificaram. A unificação da Escócia com a Inglaterra, no Reino Unido, obviamente que deu um mercado maior. Integraram-se as condições. A unificação dos Estados alemães com Bismark, obviamente que deu um espaço económico maior. A unificação italiana também. A Guerra da Secessão, em certa medida, forçou a adopção pelo Sul dos modelos da organização social e económica do Norte. Mas em todos estes casos em que se expandiu o mercado, também se expandiu a estrutura política. Portanto a coexistência entre as várias parcelas que até aí estavam separadas foi integrada politicamente. Houve uma integração do mercado, mas houve uma integração da política. Nós estamos a assistir à integração do mercado mundial, mas não estamos a assistir a uma integração política. Isso cria naturalmente um vazio na maneira de resolver os conflitos de integração política e social. Os Estados Unidos tiveram a ilusão, eu acho que por pressão dos interesses das grandes multinacionais e de alguns dos apoiantes do governo dos Estados Unidos, de que a lógica do mercado era suficientemente integradora para regular as relações entre os vários povos.

Assim, tratava-se apenas de impor um modelo liberalizador do comércio, do investimento estrangeiro, da circulação da informação e forçar os mais fracos a adoptar esse modelo rapidamente. E os outros logo se via. Deu-se algum tempo à China e criaram-se aliantes. Impôs-se nos Balcãs.

Este é o tipo de quadro integrador em que estamos. Temos a globalização da economia e temos uma tentativa de uma grande potência de impor modelos de uma forma variada conforme o poder das outras partes, mas sempre no mesmo sentido.

Mas o projecto não está concluído. Nem sei se alguma vez será concluído este modelo. Acho que a Humanidade não está preparada para um governo mundial, e se calhar também não para um governo dos Estados Unidos, equiparado a polícia mundial. Não acredito que seja fácil nos próximos anos.

O modelo mais verosímil é o das Nações Unidas. Mas as Nações Unidas são um clube de países para darem forma àquilo que já acordaram entre si. Se não estiverem de acordo, não há possibilidade. Houve esse realismo – um Conselho de Segurança com membros permanentes que decidem entre si o que é aceitável e o que não é aceitável. Quando não há acordo, logo se vê. Deixa-se apodrecer um bocado mais a situação.

Esta situação teria podido continuar assim, com um enorme mal-estar em muitas partes do mundo, mas sem agudização. A questão é que, quando se provoca numa tarde milhares de mortos de uma forma tão violenta e sem ninguém assumir a autoria do atentado, cria-se uma situação de impossibilidade de ignorar o presente. Não há ninguém que possa olhar para o lado, assobiar e fingir que não viu. O governo dos Estados Unidos não pode fazer isso. Terá que haver uma resposta. Qual a resposta? Se calhar é às cegas.

No meu tempo quando não se sabia quem era o culpado, dava-se uma pancada em alguém que estava ao pé e que servisse de emenda para outros. É um pouco o que se está a fazer. Estar quieto não se pode. Qual é a coisa mais parecida com o culpado? É o Afeganistão. Como exemplo serve. E vai-se dizendo a outros que lhes acontece o mesmo, se não se portam bem, na esperança de, se houver terroristas lá em casa, poderem dizer: "agora acalmem-se um bocado porque a seguir somos nós".

A seguir é o Iraque ou a Líbia, ou a Síria: "De momento estejam quietos". Pode ser que resulte. Se resultar, por agora ficamos por aqui. Se não resultar, acho que vamos assistir a uma escalada de violência. Porque alguma resposta tem que

impossibilidade de gerir o presente

haver de facto. E era muito bom que se arranjasse uma solução rápida para evitar alastramento de conflitualidade.

E o problema de fundo?

dificuldade das soluções

Não sei se vamos ter uma solução rápida, ou não. Não sou profeta. Gostaria que houvesse uma solução rápida e que fosse o menos onerosa possível, mas não tenho essa certeza. Porque, se se consegue fazer disto uma guerra religiosa, é uma guerra em que o mundo muçulmano tem fracas condições para vencer, até porque todos os grandes países industrializados estão do mesmo lado. Mas pode durar anos com uma enorme mortandade. Mortandade nos teatros de guerra e mortandade nas cidades. Lembramo-nos de que foi preciso chegar ao ponto de os Estados Unidos fazerem um campo de concentração para os americanos de origem japonesa durante a guerra, porque não havia a certeza de que eles não fossem terroristas. Podemos chegar a esse ponto, e fazer campos de concentração para os muçulmanos que vivam nos nossos países. Espero que não cheguemos a isso. Mas se começar a haver terrorismo muito forte, as pessoas vão querer reagir da maneira que souberem, e que pode ser muito estúpida.

Falando do futuro de uma forma menos segura, porque ninguém pode prever o que se vai passar a curto prazo. Todos os dias vai haver episódios que vão ajudar a um desenlace, mas não sabemos o que se passa, como já muito bem foi dito. Sabe-se o que é aparente, mas o que se passa por trás, não sabemos. Eu acho mesmo que tem havido uma contenção surpreendente do governo dos Estados Unidos. Deve haver alguma coisa que se está a passar por trás e estão a dar tempo para qualquer desenvolvimento que não sabemos o que é. Porque não é possível estarem a usar 6 ou 10 aviões por dia, quando podiam usar umas centenas. Devem estar a dar tempo para qualquer evolução, e espero que estejam a tentar uma solução. Eventualmente, a criar uma contradição interna no regime afegão e desse modo poder seguir pela via da negociação, com alguns dos grupos que se separem.

Mas voltando ao problema de fundo. Temos que responder de uma forma ou de outra ao desafio da globalização e temos também de uma forma ou de outra que responder ao desafio de uma integração para além da economia e dos mercados. São dois tipos de problemas. Podemos dizer que a globalização é uma ideologia, e portanto há que voltar para trás, à compartimentação e isolamento dos países. E cada um tem a sua esfera, com culturas muito diferentes, se elas estiverem segmentadas. Se o Afeganistão e o Paquistão estão ao lado da Índia, mas estão segregados, quando muito há atritos de fronteira, e dentro de cada um dos países a organização é como cada um quiser. Se começar a haver uma impossibilidade de isolamento das sociedades e o terrorismo ultrapassar as fronteiras, deixa de existir tal segmentação ao nível político. No caso de o terrorismo se limitar a cada país, esse país resiste ou não; mas quando começa a ter bases num e vão atacar outro, essa segmentação deixa de existir. Tem que se encontrar uma solução acima, ou que substitua essa integração global política.

Em primeiro lugar, é a globalização inevitável?

A globalização em termos de organização social não é inevitável. Pode ser evitável. Um país pode fechar as fronteiras. Como disse, isso aconteceu ao Afeganistão durante décadas. Aconteceu à Etiópia durante décadas. A Coreia do Norte, de algum modo, tentou fazer isso. Pode-se parar a globalização em termos institucionais. Mas em termos tecnológicos, não é possível, porque a globalização resulta de tecnologias modernas de transporte, de comunicação, que estão ao alcance de todos.

Nós, aliás, fomos os grandes responsáveis, quando arranjámos uma solução para a navegação transoceânica. Até aí não havia economia global. Essa possibilidade surgiu quando pusemos em contacto culturas que se desconheciam e começámos a tornar possível o comércio à escala planetária – primeiro coisas muito valiosas, como metais preciosos, especiarias, e gradualmente cada vez mais baratas. Hoje temos os mercados à escala mundial. Ninguém vai ao supermercado que não compre produtos do outro lado do mundo, fruta, produtos de

é inevitável a globalização?

os mercados globais

carne, peixe, que vêm do outro lado do mundo e chegam mais baratos do que a produção local.

a gestão em tempo real

Os mercados estão hoje integrados, porque os transportes marítimos, os transportes aéreos e as telecomunicações permitem a integração. E o que é mais, as telecomunicações permitem gerir em tempo real. Hoje é tão fácil gerir uma sucursal de um banco que está em Bragança ou na Amadora ou que está em Hong Kong – tudo em tempo real. Antes era um barco que ia e vinha e levava um ano a ir e vir, ou o telégrafo que levava umas horas e nunca se tinha a imagem real do que se estava a passar. Hoje o modelo de gestão é global e em tempo real.

As empresas que praticam essa possibilidade tiram enormes vantagens de estar a gerir em grande escala, reduzindo a incerteza, localizando os factores de produção onde eles são mais baratos, etc.

o nível tecnológico e o político

De facto, um povo pode resolver isolar-se, mas fica fora da corrente da História. Provavelmente do ponto de vista tecnológico, a menos que haja uma grande catástrofe que leve os países a uma auto-defesa, por medo, o mais provável é que as novas tecnologias sejam aproveitadas. Pode-se viajar menos de avião, mas a possibilidade está lá. Não se vai deixar de usar as telecomunicações e a net. Não se vai deixar de fazer grandes transportes de mercadorias à distância. É muito pouco provável. Sem dúvida, a globalização económica vai dar-se, e a nível político provavelmente: não vai haver um governo mundial.

Acho que o que faltou foi uma resposta assumida a uma ameaça credível, que levasse as classes dirigentes dos principais países a encontrar uma solução sustentável.

lições da História

Gosto sempre de comparar o que estamos a viver agora com o que se viveu a seguir à II Guerra Mundial. Os americanos tinham sido chamados a combater na Europa duas vezes no espaço de uma geração. Em 1919 pensaram que tinham conseguido a paz eterna. Tinha sido um sacrifício mas tinha valido a pena. Vinte anos depois, estavam outra vez em guerra.

E uma guerra pior. Perceberam então que resolver o problema da guerra com uma paz em que se faz pagar excessivas reparações de guerra e perdas de território e refugiados não era a melhor solução. Tentaram assim definir o que é que seriam as traves mestras de uma ordem internacional em tempo de paz e definiram várias estratégias: as Nações Unidas; a ideia do comércio mundial com a Organização Mundial do Comércio e o GATT.) A ideia de um sistema de pagamentos mundial que permitisse não haver guerras cambiais entre os vários países; os Acordos de Breton Woods. E foram mais longe, disseram: "é do nosso interesse ajudar os países rapidamente a entrarem numa esfera de prosperidade". Daí o Plano Dodge e o Plano Marshall ou o plano de auxílio à reconstrução da Coreia no fim da guerra.

Ou seja: transformar inimigos em parceiros, transformar rapidamente economias destruídas em economias avançadas, criar um projecto de maior número de trocas e de maior estabilidade de preços. A solução foi depois apoiada pelas esferas de influência político-militares das duas grandes potências. Assim se entrou numa fase de estabilização de algumas décadas.

Algumas perturbações surgiram com a crise monetária em 1973. Em 1989, com a queda das esferas de influência, entra-se numa zona em que não há mais nenhuma solução para a política global. As Nações Unidas ficam muito aquém dessa necessidade. A melhor solução que se tem neste momento é uma via de acordos internacionais, de pactos, como foi aliás o Acordo do Livre Comércio. Não há nenhuma entidade internacional para impor a liberdade do comércio, mas os signatários assinaram e respeitam o acordo. Será possível estabelecer uma ordem de convívio onde haja um mínimo de regras que têm que ser respeitadas por todos? Se isso for possível pela via negocial, teremos um princípio de ordem mundial.

Isto, de algum modo, foi a solução da Confederação Helvética. Não houve um governo inicialmente, houve uma federação de países, de repúblicas pequenas que estabele-

**transformar
inimigos em
parceiros**

**uma nova
ordem de
convívio e de
tolerância**

ceram regras de convívio entre si. Ainda houve uma guerra civil de religião na Suíça no século XIX, mas depois chegaram à conclusão, como tinham chegado nos Países-Baixos, de que a guerra de religião não é aceitável e por isso estabeleceram regras de convívio e de tolerância.

As regras de convívio têm que se estabelecer dentro dos países onde há pluralismo e têm que se estabelecer entre os povos. O problema está em algumas formas culturais.

Vamos imaginar que na Suíça havia uma religião intransigente que achava que só tinha a salvação se convertesse todos os outros. Isto não funcionava, como não funciona à escala mundial. Houve uma altura em que as ideologias capitalista e comunista tiveram que fazer o ponto e chegaram à suspensão da ameaça de conflito mundial, adoptando formas de guerra fria, isto é, de tolerância mútua. É que um conflito quente não era possível. Uma guerra atómica não era possível. Tinha que haver uma coexistência. Foi uma revolução cultural imensa, porque qualquer das ideologias tinha como objectivo conquistar o mundo. Mas foi uma solução de realismo. Estaremos numa fase em que podemos impor essa solução de realismo em que a coexistência impõe que não haja uma ortodoxia tão beligerante ou tanto proselitismo que tenha uma vocação invasora e de salvar os outros à força?

**uma coexis-
tência
tolerante**

Acho que houve um certo desleixo nos últimos dez anos, porque não se procurou organizar o mundo em termos económicos. Considero que a globalização é um facto e vai continuar, mas essa globalização vai provocar enormes rupturas nas sociedades tradicionais. Isto tinha que ter uma resposta expressa como teve a reconstrução a seguir à guerra. O que foi completamente escamoteado. Deixou-se para o mercado a resolução dos problemas.

Nós tivemos, à nossa escala os acordos com o Fundo Monetário, que foram resolvidos pela lei do mercado. No nosso caso não foi muito custoso, porque estávamos perto da solução. Mas os que estão muito longe e precisam de uma geração ou duas para lá chegar têm um custo incomportável.

Agora, a nível político o desleixo também existiu, porque, quando há uma série de Estados que não respeitam os direitos humanos e há uma Declaração Universal dos Direitos Humanos que devia ser a Carta de todos, estamos a criar uma responsabilidade comum por omissão. O Afeganistão é um caso exemplar, porque a falta de respeito dos direitos humanos em relação a metade da população, em relação às mulheres, em relação às minorias, em relação à maneira como é organizado o Estado, é um caso flagrante de violação. Como foi nos Balcãs. Houve esse desmazelo de abandonar muitas regiões – por exemplo em África com situações de guerra civil permanente e de guerra entre estados. O conflito no Congo com o Ruanda e o Burundi é permanente com problemas de etnias que extravasam as fronteiras. Mas aqui prevalece uma sensação de que não nos diz já respeito, até ao recente terrorismo: não é conosco. Como aconteceu com o problema do Afeganistão, que também não nos diz respeito.

Mas é preciso não confundir intenções com realidades.

Como sabemos, tem havido por exemplo uma ideia um tanto messiânica de que, se os *off-shores* e o sigilo bancário acabarem, se descobrem todos os criminosos. É uma ideia simpática. Tem dois inconvenientes: é que a maior parte do dinheiro dos criminosos já não é dinheiro sujo. Já está perfeitamente legalizado. Foi legalizado a tempo e há muitos negócios que são “brancos”, mas o que é ainda pior é que eu não vejo disposição nenhuma de pôr termo aos verdadeiros *off-shores*, que não obedecem a qualquer supervisão nacional.

E se o terrorismo que teve lugar em Nova Iorque não chegou para haver uma medida radical de pôr termo a esses *off-shores* autênticos, não sei o que vai ser preciso. E o mesmo, por maioria de razão, na esfera dos direitos humanos. Se este alerta não chega para haver um modelo de organização da vida contemporânea, então é muito mau sinal, porque não vamos esperar por uma tragédia maior. Porque assim como nós portugueses tivemos desmazelo colectivo em relação à descolonização, o mundo está a ter desmazelo grave em rela-

o desmazelo do abandono de diferentes regiões do mundo

teremos de esperar por uma tragédia maior?

ção aos custos da globalização económica e em relação à ausência de um modelo e de uma solução para a integração política.

governabilidade do mundo

Maria de Lourdes Pintasilgo: Tanto o Luís Moita como o João Salgueiro apontaram para dois aspectos do que podemos chamar o horizonte possível da governabilidade do mundo. O Luís diz que este problema só pode ser resolvido por via policial, isto é, entende que há uma entidade internacional que é responsável por alguns aspectos da ordenação ou da regulação da vida internacional; o João acabou por retomar também este caminho.

irreversibilidade da globalização

Evidentemente que temos o sistema das Nações Unidas, de forma muito específica. E é curiosíssimo que precisemos neste momento do Tribunal Penal Internacional, ao qual os Estados Unidos se opuseram ferozmente até ao dia 11 de Setembro! Aí, nós temos um elemento que pode ter grande peso. Temos um outro elemento, para mim igualmente forte, que é a globalização, irreversível por razões de ordem técnica e científica. Não vamos querer que o mundo ande para trás relativamente à evolução da capacidade do homem: a passagem da velocidade do som à velocidade da luz. É na velocidade da luz que nós estamos. É nessa velocidade da luz que se passa tudo, imediatamente, com essa velocidade praticamente em tempo real.

vivemos na velocidade da luz

o mundo em transição

Ainda dois apontamentos relativamente ao que os meus dois companheiros e grandes amigos disseram. O que me parece muito importante aqui é que nós estamos numa fase que não é só a da transição de que falávamos em 1989-91. Com as modificações nos países ex-comunistas, nós estamos numa transição do mundo inteiro. Estas duas coordenadas que aqui foram apontadas para o mundo que há-de vir são realmente do mundo em transição, e isso faz-me lembrar uma frase de Gramsci “O antigo definha-se, o novo tem dificuldade em nascer e é neste interregno que irrompem os monstros”. Nós estamos exactamente aí, nesse interregno em que irrompem os monstros. E naturalmente podemos recuar na história – foram aqui dadas achegas extremamente importantes relativamente à histó-

ria do que se passou. Não sei, por exemplo, relativamente ao Islão, se um dos problemas não é o de não ter tido a sorte de ter a Reforma. Não houve nenhum Lutero lá dentro. Calvino já era mais complicado. Mas um Lutero que pudesse em certa altura dizer: "olhem lá, isso não é bem assim, há outras coisas". E essas coisas permitirem, justamente com guerras, com tudo, um outro caminho.

O que queria sublinhar neste primeiro ponto é a questão das causas e, em relação aos Estados Unidos, é o que se debate constantemente. As causas parecem evidentes: são terroristas. Todos nós denunciámos o terrorismo, todos nós consideramos que o terrorismo está fora de toda a legalidade e de toda a legitimidade, embora as heranças do tempo da guerra fria deixem alguns grupos de influência junto das Nações Unidas a dizer: "não podemos tomar nenhuma decisão enquanto não definirmos terrorismo". E com esta necessidade de definição há também uma paralisia relativamente à acção. Isto é típico de todo o tempo dos cinquenta anos da guerra fria e está a acontecer agora também em algumas pessoas que ainda não se deram conta de que não só os dados do problema são outros, como também os paradigmas são outros.

Dentro dos Estados Unidos propriamente ditos, há perspectivas completamente diferentes. Há a perspectiva a que fez referência, criticando-a, o João Salgueiro: a de uma sociedade de economia liberal em que tudo se resolve pelo mercado e de que é grande arauto o hoje muito conhecido Fukuyama que andou em 1989 a falar do "fim da História", e que hoje num artigo do jornal *Le Monde* vem outra vez dizer: "*Estamos sempre no fim da História*" é o título do seu artigo. E com esta frase: "*Para além da democracia e dos mercados, não existe nada mais para o qual nós desejemos evoluir*"; donde: o fim da História. Depois de muita retórica a propósito disto, diz ainda: "*Estamos sempre no fim da História, porque não existe senão um sistema que continuará a dominar a política mundial, isto é, o sistema do ocidente democrático liberal*".

outros paradigmas

nos EUA: defesa da economia liberal e do mercado

e críticas à atitude da administração

E assim temos, podemos dizer, a corrente directa para os mais francos ou a corrente subliminar dos mais tímidos, a justificar a hegemonia actual dos Estados Unidos.

Emergem depois outras pessoas que pensam exactamente o contrário.

Vou citar uma delas. Não é uma revolucionária. É filha de um dos maiores multimilionários dos Estados Unidos, David Rockefeller, mas que não usa o nome da família desde os vinte e um anos para poder fazer a vida por si própria. Agora, que foi capaz de fazer a sua vida, aos cinquenta anos, diz o que tem a dizer. Escreveu no *New York Times*:

É um pensamento terrível que algumas pessoas nos odeiem, não a ti, não a mim, mas a nós todos como americanos, de uma forma genérica. De tal maneira, que sejam capazes de passar anos a treinarem-se para um ataque suicida como aquele que teve lugar a 11 de Setembro, em que muitos americanos e não americanos morreram. Por quê? Por que é que isto aconteceu? Passei um quarto da minha vida – um quarto do meu tempo nos últimos vinte anos – a viajar em vários países, sobretudo em África, na Ásia e na América Latina.

Recordo o Instituto que ela fundou – o Instituto Synergos – que procura ajudar os povos com mais dificuldades a serem auto-suficientes nos recursos para que possam fazer face ao problema da pobreza. Diz ela:

No decurso de milhares de conversas, a maior parte delas atenciosas, algumas vezes com pontos de interrogação ou mesmo zangadas, com pessoas de muitos países, tive como que a intuição de uma perspectiva que, se calbar, não é aparente a outros que não têm a possibilidade de viajar como eu viajo. Raramente encontrei alguém que nos pusesse todos no mesmo saco. Mesmo em Cuba, com quem temos uma relação hostil, as pessoas e o governo rapidamente fazem uma distinção entre a política do nosso governo e as boas qualidades que vêm no povo americano.

Na noite do dia 11 uma das primeiras pessoas a telefonar-me foi um amigo cubano dizendo que, como não tinha mais nada para dar, dava o sangue dele, se fosse preciso, em Nova Iorque. Quando as pessoas estão cansadas ou zangadas com as nossas políticas ou atitudes, encontrei muitas vezes pontos de interrogação, muitas vezes uma certa curiosidade mais do que hostilidade intransigente. Então por que é que as pessoas têm esta atitude? Por que é que isto aconteceu? Será que não gostam de nós? O que ofende a maior parte das pessoas, mais do que qualquer outra coisa, é a nossa atitude aparente de superpotência e, antes, como uma das duas co-superpotências, ditando aos outros países aquilo que devem fazer. Utilizando o poder dos Estados Unidos, por exemplo em diversas instituições (agora, para mim, é a Europa que tem mais poder, mas não está a usá-lo), actuando como se automaticamente tivéssemos razão, como se fôssemos os inventores de uma forma particular de democracia que todas as outras pessoas devem seguir. Pensam que nós, como povo e como governo, não temos tempo para ouvir aquilo que é a sua cultura, a sua herança e a sua forma de viver. A pobreza e o conflito são o número um e o número dois entre os problemas que encontrei nos países por onde viajei. Enquanto muitas pessoas e governos contam com alguma ajuda da nossa parte, ressentem muitas vezes a forma como essa ajuda é dada. Em vez de consultarmos as pessoas sobre aquilo de que elas precisam, decidimos muitas vezes por elas e a nossa avaliação nem sempre coincide com a sua. Enquanto americanos, somos conhecidos pela nossa generosidade, mas não somos sempre vistos como bons parceiros ou como aliados estratégicos nas nossas intervenções. A questão é: estaremos dispostos a ir além das nossas reacções emocionais neste momento? Voltar a nossa energia e inteligência para estratégias que possam preparar a nossa juventude para se tornar nos 'melhores cidadãos do mundo'?

Há aqui uma não-rejeição da globalização, um aceitar de que vivemos numa realidade global, cosmopolita, e que essa realidade é para ser assumida, desenvolvida:

Lembrar-nos-emos nós dos outros países que, no próprio dia 11, nos estenderam as mãos nesse momento tão trágico para

nós? Somos nós capazes de fazer o mesmo? Reconhecemos que estamos ligados uns aos outros e estaremos preparados para nos darmos as mãos mutuamente como pessoas e como governos numa parceria verdadeira?

Há nos Estados Unidos, neste momento, gente que diz: "É possível e podemos, se quisermos, encontrar uma solução." Em oposição ao Senhor Fukuyama, que diz: "Se é esta a perspectiva, não há solução." Ora, há gente que vê uma solução. Mas enquanto esta mulher escreve de uma maneira não simplista, outros, nos Estados Unidos, tiveram uma reacção muito violenta relativamente às causas. Disseram: "Morreram seis mil pessoas no dia 11 de Setembro. Morreram no mundo mais de cinco mil crianças de fome e de carências totais." E outros disseram: "Morreram seis mil pessoas e nós matámos, no Iraque, duzentas mil pessoas."

Vivi um pouco por dentro esta discussão num grupo de que faço parte, que é a Comissão sobre Globalização. Os próprios norte-americanos tinham os dois pontos de vista. Uns que estabeleciam esta relação, outros que diziam não ser legítima essa equivalência. Houve uma atitude terrorista que foi desejar a morte de uma forma maciça, houve uma atitude sem dúvida mortífera em relação aos milhares de crianças, em relação ao povo do Iraque. Poderíamos continuar por aí adiante. Mas isso não foi realizado deliberadamente a partir da nossa própria vida tal como ela é. Neste sentido, as causas estão patentes nos Estados Unidos, são uma das coisas mais importantes que as pessoas discutem com um desejo muito grande de encontrar uma forma de, tocando nas causas, poderem de alguma maneira encontrar esses novos caminhos que não sabem muito bem quais são. Um professor universitário diz isto:

O que me repugna mais no que estão a dizer é essa equivalência moral que atribuem a dois tipos de acções. Dado o nosso passado e as nossas acções de hoje, o argumento pode parecer verdadeiro: os Estados Unidos não serão melhores do que os terroristas. Pode haver até uma implicação de que os Estados Unidos estavam a 'ver isso chegar'. Mas isto realmente nega

completamente aquilo que é o terrorismo enquanto ofensa da legalidade e da legitimidade e nega, sobretudo, aquilo que é a realidade do povo americano como tal, ele próprio sacrificado.

Isto conduz-me a outra interrogação e quanto a se os Estados Unidos viram a 'coisa chegar' ou não – não sei se têm reparado, nos últimos dias (isto para mim é um dos maiores pontos de interrogação): voltam aos jornais as notícias de Março ou Abril sobre uma firma que tinha uma conta na Suíça, um advogado na Bélgica – uma firma da família de Bin Laden, da Associação OBL. Isto aconteceu na Europa e sabia-se desde Março ou Abril. Nos Estados Unidos já foram descobertas trinta e seis contas da família Bin Laden com coisas diferentes, desde pequenas lojas de produtos que existiam em algumas zonas dos Estados Unidos, até grandes iniciativas. A questão é: o que é que estiveram a fazer os serviços secretos dos Estados Unidos? Foram capazes de matar Salvador Allende e mandaram logo a seguir para cá, na época da nossa revolução, o embaixador que tinha ajudado ao acto. E sobre estes indícios todos não agiram? Porquê?

Não é por acaso que vem no mesmo número do *Le Monde* um artigo de John Le Carré, em que diz: *"é inadmissível não se saber, é inadmissível que não fosse conhecido muito mais do que aquilo que veio a lume."*

É claro que na discussão que se está a ter neste momento se pergunta: mas afinal se os serviços secretos empregam mais de quarenta mil pessoas nos Estados Unidos em cerca de vinte organizações diferentes (mas nós só ouvimos falar da CIA que trabalha no exterior e do FBI que trabalha no interior), o que estavam a fazer?

Já houve informações curiosíssimas: num país com a tecnologia avançadíssima dos Estados Unidos, há sectores do FBI que têm computadores de há oito anos! Nenhuma possibilidade de procurar ou descobrir alguma coisa, de fazer *hackers* como fazem os jovens de catorze anos. Não havia sequer essa possibilidade. Estou a legitimar a acção dos espões. É evidente. Porque me parece que não a legitimar é considerar que

contradições internas nos EUA

vivemos num mundo de anjos. E não vivemos num mundo de anjos. Precisamos saber o que é a realidade, em termos da protecção dos que estão à nossa conta, no Estado e na sociedade. Esta interrogação fica de pé. Onde estão os serviços secretos? O que é que fazem os serviços secretos? Neste momento, como é que estão a actuar? Há pouco o João Salgueiro dizia que não sabíamos muito bem o que é que estava em discussão neste momento nos Estados Unidos. Segundo a informação da CNN (num programa que só passa às 2 da manhã), os generais dos Estados Unidos não sabem, neste momento, que decisão tomar. A guerra estava pensada para cinco dias, cinco dias rápidos, em que encontravam logo as pessoas, destruíam os vinte e cinco alvos militares e era fácil encontrar depois pelo menos alguns elementos da rede terrorista. Já lá vão muitos dias... O que se vai fazer? Não há acordo entre os Chefes do Estado Maior dos Estados Unidos. Nesse sentido, podemos dizer que a transição de que eu falava no início é de tal ordem que mesmo aqueles que têm como obrigação ver a solução não sabem que solução hão-de encontrar. Dir-me-ão: mas está a lamentar isso por causa da guerra? Por não saberem se hão-de fazer uma guerra assim ou assado? Não. É que constato que a vulnerabilidade que os norte-americanos sentiram no dia 11, e que foi traumatizante a um grau que nós não podemos sequer compreender, atinge muitas outras áreas da sua vida social. Não foi só o serem atacados, e atacados de dentro. Ainda o estão a ser, com razão ou sem ela. Não percebi ainda em que termos é que se está a passar o fenómeno do Antrax. Há uma vulnerabilidade neste momento nos Estados Unidos que atacou e quase paralisou toda a sua vida política. Não sei, não tenho solução, não tenho sequer uma perspectiva do que poderá vir a ser a sequência. Daqui por um mês, o que estaremos a discutir? Tenho muita dificuldade em compreender o que poderá ser.

etnias liberdades segurança

Falei dos computadores do FBI como não sendo os dos adolescentes que vão procurar dados aos computadores das empresas, os *hackers*. Fazem um roubo, como outro roubo qualquer. Aqui, entro no problema de fundo, o das etnias, que é o problema das liberdades em relação à segurança. Pessoal-

mente, com toda a clareza, em termos meramente espontâneos, embora o possa dizer de outro modo, prefiro garantir a segurança de todos aqueles que estão à minha volta e que têm que ser protegidos. Mesmo que isso signifique quatro horas de espera no aeroporto, entre outras coisas. Não me importo que vejam as minhas contas. Há um país na Europa que anda sempre adiante nessas coisas, a Holanda. Estão neste momento a revelar a descodificação electrónica. Tem sido uma enorme discussão, interessantíssima, apaixonante. É possível ou não, é legítimo ou não, ter pessoas especializadas na descodificação da linguagem electrónica? É necessário? Durante quanto tempo deve uma mensagem ser mantida na net? Durante quanto tempo é preciso armazenar a informação? Posso mandar informação codificada e depois fazê-la desaparecer? O que a Holanda está a tentar fazer é estabelecer um certo número de regras quanto ao tempo em que se deve manter a linguagem, mesmo codificada, na net, na Telecom.

Bin Laden levou para o seu último refúgio, com o seu material electrónico, milhares de telemóveis porque só os usa uma vez para que nada possa ser descoberto. Justamente, os holandeses estão a tentar ver o que é possível fazer neste domínio. Espontaneamente, acho que a segurança de uma ou de outra sociedade é igualmente preocupante. Se eu soubesse que alguma coisa iria acontecer em Nova Iorque ou Madrid... e não é só isso.

Parece que nós aqui estamos também numa mudança de paradigma. Pensamos que é liberdade *versus* segurança, e a liberdade faz parte, vem, das revoluções fundadoras que nos precederam. Dirige-se ao indivíduo. É o indivíduo que conta. Foi no século XX que se passou do indivíduo para a pessoa humana, para uma riqueza muito maior, que não é só a realidade jurídica do indivíduo, indivíduo esse que goza de liberdade; passou-se para uma pessoa humana que está ligada às outras pessoas humanas por um tecido de responsabilidade mútua. Neste sentido a nossa responsabilidade mútua dar-nos-ia – é a minha posição neste momento – justamente a certeza e a garantia de que uns em relação aos outros temos que lutar

o tecido humano da responsabilidade mútua

por essa responsabilidade, tornar actuante essa responsabilidade. O que desloca o problema, perante não haver saída de liberdade *vis-à-vis* da segurança. É um ponto que me parece importante, mas é também uma mudança de paradigma que nós vai levar uns anos, com certeza, até que possamos dizer alguma coisa mais sobre isso.

Termino, dizendo que por agora vejo muito pouca coisa: algumas mudanças de paradigma, algum realismo – aqui apontado tanto pelo João Salgueiro como pelo Luís Moita – muito directo às coisas, chamando as coisas pelos seus nomes. Vejo um ponto muito importante que é a possibilidade de planear, de não nos deixarmos adormecer nesta ilusão de que acabou a guerra fria, de que vai correr tudo bem. Não vai correr bem: está a prova diante de nós. À guerra fria – foram cinquenta anos – sucede uma outra transição, essa sim, implicando da parte de todos nós uma participação e um empenhamento muito maiores do que os que tivemos até aqui.

participação cívica: condição da nossa existência

Aquilo que há pouco dizia, o passar da liberdade à responsabilidade mútua, tem que ver com o que durante muitos anos também politicamente defendi. Agora, com outra base, se calhar a participação cívica, actuante, de cada pessoa não é um talvez, não é para quando eu tiver tempo: é condição mesma da nossa existência. Somos em função da nossa responsabilidade mútua. Nestas últimas semanas, estive no Brasil, num congresso ibero-americano de fundações. Numa mesa-redonda em que estivemos, um homem notável da Argentina dizia a certa altura: *"Nascemos para estarmos unidos."* Resumindo tudo, eu ecoaria essa frase: *"Nascemos para estarmos unidos."* Com isso, talvez alguma coisa se consiga neste mundo.

DEBATE

M.: *Temos meia-hora para levantar algumas questões ou fazer comentários. Sugiro que, a seguir à primeira intervenção, se sigam mais três ou quatro, tanto quanto possível agrupando as questões à roda dos mesmos eixos temáticos, de forma a con-*

centrar as perguntas e assim aproveitarmos o tempo medido de que dispomos.

Q.: Duas coisas muito diferentes: uma, pegando nesta última parte da intervenção da Maria de Lourdes sobre o problema do direito das liberdades e garantias, que é uma coisa que me tem preocupado muito desde estes acontecimentos, e que se liga com a intervenção de Luís Moita na sua definição muito clara de terrorismo. Receio que muitos grupos que lutam pelo seu direito à diferença com esta, digamos, possibilidade de todas as polícias terem acesso a tudo nestas trocas internacionais, quando se entrar numa outra fase de eventual estabilidade, grupos não-terroristas e pessoas que não o são verem o seu trabalho de muitos anos afectado por esta tolerância à invasão da privacidade. Esta é para mim uma questão altamente preocupante.

** Foi aqui usada muitas vezes a palavra "nós". Mas há um nós que nunca foi falado. É o 'nós' da União Europeia. No meio de todo este processo assisto a um protagonismo de Tony Blair (que me espantou um pouco), que se alia fortemente aos americanos, que passa por cima da União Europeia. Vamos entrar em Janeiro no Euro, a Inglaterra não adere ao Euro. Estará aqui a desenhar-se uma estrutura geo-política em que, de novo, em vez de uma diminuição do império americano, temos o reforço do império anglo-saxónico por uma ligação em que nenhum líder europeu apareceu realmente como tal? O único líder político europeu é Tony Blair, neste momento e com nossa grande admiração. Realmente não representa a Europa, mas o mundo anglo-saxónico, claramente um aliado dos Estados Unidos.*

** Não é só por a sala ser muito fechada que estou a ferver por dentro. Parece-me que se está a deixar de lado o essencial de tudo isto. A história não acabou, embora Fukuyama insista que sim: a história que começou às 14 horas do dia 11 de Setembro deste ano. Faço notar do dia 11 de Setembro deste ano, porque o outro 11 de Setembro foi esquecido – o de 1973, no Chile.*

Por outro lado, estive uma manhã inteira de fato e gravata, com o encarregado de negócios dos Estados Unidos; estive com o Iman da mesquita de Lisboa; estive depois numa assembleia de uma universidade, em que se discutiu com o Alcorão em cima da mesa (e eu que nem sou muçulmano), estive boje à tarde num doutoramento em que a matéria estudada era os correspondentes de guerra. Discutiu-se muitíssimo o que era a guerra e como a guerra era apreendida e do como 'comemos' o que nos dão. Estou farto de ligar a televisão e de ver sempre a mesma situação. Do resto, não sei nada. Queria dizer o seguinte: finalmente os norte-americanos – eu sou americano mas não sou norte-americano – percebem o que é a dor de perder "os nossos", percebem o que é sermos vítimas e termos que reagir. Porque, terrivelmente, os norte-americanos aparecem com fotos à procura dos seus entes queridos. Na Argentina há 30 mil desaparecidos. O que é isto? Não estou a justificar o terrorismo. Quando se diz que na guerra não há terrorismo... na guerra há uma convenção que permite matar de uma determinada maneira e não de outra. Mas pergunto: Cabul, Irohima, Nagasaki, o que foi isso?

** Não estava a pensar em falar, mas quando ouvi a Isabel dizer que as pessoas se associassem ao que outros estão a dizer e quando ouvi aquele amigo chileno, concordei de tal forma com a sua primeira frase que também quero falar. Exactamente, tive o sentimento de que em nada de essencial se tinha tocado. Aquilo que a meu ver baveria para dizer era totalmente diferente e faz-me confusão: as pessoas são surdas intencionais ou são surdas mesmo? Bin Laden mandou uma mensagem a explicar... É como se me tivesse enganado no filme e tivesse ido ver 'Crime e Castigo'. De alguma maneira, com João Salgueiro passou-se o mesmo. Senti que ele não tinha ido ao cinema, pura e simplesmente. Tinha uma dúvida sobre qual era o seu filme: 'Nascemos nos Estados Unidos?' 'Nascemos para os Estados Unidos?' Acabei muita piada à sua última frase, pelas possibilidades linguísticas de transformação...*

MLP: Devolvendo a pergunta: qual seria então o ponto essencial?

* O ponto essencial era a mensagem de Bin Laden. Bin Laden explicou ao mundo qual era o seu ponto de vista. De repente, estamos a discutir o Islão no século VII, se os teólogos deviam falar não sei com quem, discutimos o Islão. E a minha pergunta é extremamente simples: se o parceiro do lado de lá nos faz uma afirmação que todos já sabíamos, por que é que a estamos a negar? E a afirmação do lado de lá tem a ver com um filme diferente deste. Gostaria de dar uma quarta posição possível para esta rotação de ideias, que são filmes de desenhos animados. A minha sensação é a de que se está a assistir a um filme de desenhos animados muito parecido com aquele em que aquele senhor falou. Só que os desenhos animados parece que têm mortes, explosões através do telhado. Estes desenhos animados são a sério. Todos conhecem os desenhos animados, é muito simples: há um animal pequeno que está sempre a ser humilhado ou ameaçado. Há um animal grande que o persegue e o ameaça; o animal pequeno usa a esperteza e, se pode, lixa o animal grande. Nós rimos todos muito. Acho que, com a indignação moral do Luís Motta, de repente se está a escamotear nesta sala uma coisa que se está a escamotear na imprensa, que são os milhares de pessoas em Portugal que se riram imenso com o que aconteceu. Ou seja: mesmo, por vezes, com um sentimento lateral de culpa, tenho visto nestas semanas dezenas e dezenas de pessoas a contar anedotas extremamente maliciosas, dezenas de pessoas a dizerem: "nem sabes o prazer que eu senti, de ver os americanos levarem um estalo na cara".

Mas eu não estou a defender esse ponto de vista. Não estou solidário com esse ponto de vista. Estou só à procura da inteligência das coisas. Na Internet, primeira página (estava a trabalhar no computador dos alunos), aparece um desenho parecido com as Torres de Nova Iorque com um buraco no meio. Ao lado, o presidente Bush a falar, em inglês, com um arquitecto mexicano muito conhecido. O presidente Bush encomendava no México duas novas torres para Nova Iorque, num estilo arquitectónico um tanto modificado, com um grande buraco para no futuro por aí passarem os aviões. Está na Internet. O que estou a dizer é que não estamos todos assim tão juridi-

camente movidos pela ideia de crime contra a Humanidade. (O que, aliás, me parece um contra-senso lógico nos seus termos; porque um crime tem que ter um sujeito; se o crime é contra a Humanidade, o que é o criminoso? Não faz parte da Humanidade? É só um problema lógico.)

Basicamente fazem falta a sociologia e a antropologia para se falar destas coisas. Conviria ler um sociólogo norte-americano muito conhecido, Thomas Jeff e a sua teoria sobre a identidade étnica e sobre os problemas da espiral da violência, do inferno da violência, em termos da humilhação e da resposta à humilhação, que é aquilo que toca Bin Laden, e de quais são as soluções conhecidas para lidar com estes problemas, quando o que está em causa é a humilhação de um povo ou de uma identidade étnica. Não estamos a falar de nações nem de povos. É uma identidade que não coincide com o Islão, porque muita gente com ela se identifica e tem a ver com as formas mais recentes de colonialismo que é velho de séculos; tem a ver com os crimes do colonialismo que não fizeram cinco mil mortos, fizeram não sei quantos milhões. Portanto era bom dar a volta a este texto e ver o perfil.

MLP: Há uma coisa que gostava de dizer em relação ao "seu filme".

* O meu, não: o de Bin Laden. Bin Laden não está cá, a Maria de Lourdes não lhe telefonou! Só fiz o papel de que gosto muito, o de advogado do diabo, sugeri que vissemos o filme de Bin Laden. Ou seja: ver pelos olhos do outro, em vez de dizer que ele não faz parte da Humanidade, que é o que me parece que foi dito.

MLP: Acho que, com a sua formação psicanalítica, sabe perfeitamente (e vi isso agora no Brasil) que uma das formas de evitar, de fugir da tragédia, é construir humor. Humor negro. Se há anedotas a circular sobre o 11 de Setembro, o que eu oiço é as pessoas dizerem: "tenho medo".

O que oiço na anedota é "eu tenho medo". Um medo que não se diz. Aceito a sua crítica. Nenhum de nós tocou nisso.

Nós temos medo. Aproximamo-nos. Falamos em transição. Estamos numa época de medo e não sabemos até onde esse medo nos vai conduzir. Estou inteiramente de acordo consigo e era preciso analisar isso mais a fundo, como é que se vive e se diz este medo.

Segundo ponto: sem dúvida que Osama Bin Laden aparece neste momento configurando e representando tudo aquilo que disse, mas não há dúvida também de que ele foi um grande apoiante dos Estados Unidos. Foi parceiro directo dos Estados Unidos. E isso não pode, de modo nenhum, abstrair-se da personalidade do Bin Laden. Sabendo-se bonito, atraente para toda a gente, homens e mulheres, aparece nas várias fotografias sempre com a metralhadora ao lado: está numa representação. Tanto que o vídeo que todos vimos já estava gravado antes. Entretanto, há aí outra coisa: Bin Laden não é Che Guevarra. Apenas quero dizer isto: Bin Laden não é Che Guevara e não o reconheço como porta-voz da causa palestiniana. Como disse a Alta Autoridade Palestiniana, não reconheço a Bin Laden nem aos Taliban nenhuma autoridade para utilizarem o argumento da Palestina, por exemplo. Se há povo mais sacrificado, é o povo palestiniano. Ora, os taliban nunca se interessaram pela Palestina, pelo contrário, só lhes fizeram mal, sendo íntimos colaboradores dos Estados Unidos, quando os Estados Unidos queriam vencer no terreno a União Soviética. O seu filme também tem assim uns pedaços negros, à Duras...

** Há aqui só um problema. Bin Laden não me interessa para nada. Interessa-me que há um discurso da etnicidade que não tem nada a ver com Bin Laden. Mas ele disse coisas que milhões de pessoas sentem 'daquele lado'. Há pessoas que se sentem humilhadas e ofendidas historicamente, ao longo de décadas, pela arrogância do Ocidente – com a qual eu não me identifico. E há aqui um excesso de nós. É que não somos todos ocidentais. Ou eu pelo menos não sou. Não me orgulho nada da história do Ocidente. Desidentifico-me totalmente.*

LM: Eu disse de início que dava por subentendidas algumas coisas, porque acho que nos conhecemos bastante bem. Não

me senti na obrigação de dizer quanto repudiei o 11 de Setembro de 1973. Quanto lutei contra a violência do colonialismo ocidental. Quanto denunciei os crimes dos americanos no mundo. Todos nós sabemos isso uns dos outros. Neste momento estamos confrontados com um problema próprio. Que não é apenas ético nem jurídico.

Fez-me impressão a rejeição da ideia de crime contra a Humanidade. Habituei-me a construir essa ideia quando percebi que o regime do *apartheid*, na África do Sul, não era apenas um problema interno dos sul-africanos, era um problema nosso, porque afectava alguma coisa que dizia respeito à condição humana. Habituei-me a lutar pelos direitos humanos em qualquer latitude, porque achava que isso tinha a ver comigo, enquanto ser da condição humana. Portanto, para mim é evidente que há crimes contra essa condição humana, chamamos-lhes crimes contra a Humanidade. Não podem merecer tolerância num ordenamento ético, jurídico, enfim, tudo o que queiram, que nós, mal ou bem, estamos a construir ou, como diria o João Salgueiro, estamos a contratualizar. Ele falou de tratados. Julgo que era importante ir contratualizando aquisições acerca desta questão.

Foi aqui levantado o problema de Bin Laden e de Tony Blair. Se houve reflexão que tenha ficado fora do nosso discurso foi a reflexão geo-política em que nenhum de nós pegou. Não sei bem porquê, não se pode dizer tudo. Para quem conhece um pouco o pensamento de certos norte-americanos que influenciam a maneira de pensar, sabe-se que há uma questão fundamental para eles, que é o problema da Euro-Ásia. Brezinski diz isso num livro fundamental, cuja leitura aconselho, que se chama *O Grande Tabuleiro de Xadrez*. Define a posição americana no mundo para os próximos tempos e diz que a grande questão é a daquela forte massa continental euroasiática e de como os americanos a controlam. Temos nas suas extremidades pontos fortes de apoio: o Japão no extremo Oriente, a Europa ocidental justamente a Ocidente. Mas há ali pontos fracos. Os Estados Unidos estão neste momento confrontados, enquanto líderes mundiais, com duas

zonas de grande fragilidade que são o Médio Oriente e a Ásia central.

Isto tem a ver com a questão de Tony Blair. Porquê? Não é por acaso que os ingleses adquirem o protagonismo, porque toda a zona do Médio Oriente, após a primeira guerra mundial – desculpem recordar a História – foi manipulada pelos ingleses, no Irão, no Iraque, na Arábia Saudita... Tiveram que ceder um pouco aos franceses, dando-lhes a Síria e o Líbano... Quando os ingleses são retirados da cena do Médio Oriente, quem vai substituí-los são os americanos que conseguiram, no Irão, afirmar a sua posição. Tinham uma posição forte no Iraque. Ainda hoje dominam de uma maneira muito instável a Arábia Saudita, que é o grande financiador do fundamentalismo sunita pelo mundo fora, desde a Argélia às fraternidades muçulmanas no Egipto, até aos Bin Laden, não esquecer. A maior parte dos supostos terroristas suicidas que desviaram os aviões são sauditas. Neste momento, os Estados Unidos apanham-se sem aliados fiáveis numa zona crucial, onde há dois terços das reservas mundiais de petróleo. Sem aliados fiáveis, não: com um único aliado extremamente incómodo que dá pelo nome de Israel. Isso cria uma problemática naquela zona que se arrasta progressivamente à Ásia central, com a agravante da importância que tem hoje o Mar Cáspio, também do ponto de vista do petróleo, e toda a zona do Cáucaso. O Afeganistão, por sua vez, ocupa uma posição geográfica que se tornou estratégica, prevista como ponto de passagem de oleodutos e gasodutos.

Se os ingleses aparecem aqui fora do coro da União Europeia, fortemente empenhados na aliança anglo-americana, é porque têm a expectativa de se atrelarem ao carro americano, com uma necessidade fundamental de encontrarem pilares fortes no controlo da região. Fico por aqui. Quis apenas introduzir brevemente uma componente de reflexão que não tinha sido abordada.

* Foram feitas aqui algumas afirmações que encerravam um certo número de contradições. Seriam até relativamente

cômicas de pôr cá fora, mas não quero desviar-me do ponto central. Em vez de mudar de filme, eu pretendia mudar de cenário. O terrorismo não é o terrorismo que começou no dia 11 de Setembro. O terrorismo existe, efectivamente: existe na Europa, existe muito próximo de nós, aqui ao lado, existe na Irlanda, existe entre cristãos, em países ditos civilizados. Há realmente uma causa profunda do terrorismo, que é exactamente a tal ruptura que foi aí muito bem exposta e que é a ruptura do diálogo. Quando o diálogo existe e é inconsequente (o que pode acontecer em plena democracia, desde que haja, digamos, um esvaziamento do conceito de democracia no cidadão) há, portanto, uma capacidade de manipulação. Penso que é importante por isso irmos ao fundamento, às razões/causas das situações de terrorismo e tentar descobrir aí a fonte de todos os problemas.

Há ainda uma outra questão que gostaria de levantar: falou-se em bonecos animados. Sempre que desenhos animados aparecem na nossa televisão são eles próprios geradores de situações extremas. Essa passagem do boneco animado ao boneco animado real tem uma força muito grande. O futuro irá dizer como serão as sociedades das crianças que actualmente vibram em frente da televisão, inocentemente. Há realmente que ir às causas directas do cenário...

* Em primeiro lugar gostaria de exprimir o agrado que tive ao ouvir as três comunicações que deram, a mim pelo menos, uma informação extremamente útil e que obriga a uma reflexão. Três pontos: A situação que se está a passar é uma situação de terrorismo e também de guerra de religiões? Ou é uma coisa e não a outra?

No que diz respeito à guerra entre religiões, a pergunta que faço é: como é, no futuro, a continuação do diálogo ecuménico para todos nós?

Por último, a globalização é irreversível: então que outras pistas haverá para tornar esta globalização mais justa e humana para todo o mundo, e não ficarem continentes inteiros às vezes de fora dessa globalização?

* Uma das coisas mais interessantes, neste momento, é o facto de as pessoas terem deixado de ser politicamente correctas. Toda a gente tem as suas contradições. Começo por dizer que odeio a política americana e adoro Nova Iorque e os nova-iorquinos. Para mim, o mal absoluto não foi aquilo: foi os protestantes levarem as suas crianças a vaiarem, a apuparem e a lançarem bombas lacrimogéneas no caminho de outras crianças católicas. (E eu sou agnóstica). Quando pensamos – os que, como eu, têm filhos e netos – que o primeiro dia de escola é tão importante ou traumatizante! Fala-se muito nos ataques às Torres: eu acho que aquilo foi muito simbólico, que eles não pensaram que as Torres fossem cair.. E queria dizer isto ao Luís: quando falaste, nesse teu espírito utópico, no como seria bom um diálogo com os taliban, chamando-lhes “estudantes de teologia”... acho extraordinário que cá em Portugal e na maior parte dos países se tenha deixado de lado os árabes que não são a favor do terrorismo e que devem estar desesperados. Tão poucas pessoas se têm levantado para falar por eles: os que andam a vender flores, que são sikhs e usam turbantes e que devem estar apavorados. Enfim: o que não se tem feito para apoiar a comunidade muçulmana portuguesa. Entre os americanos já tem havido mortes. A haver um diálogo – falou-se em diálogo ecuménico – não é, com certeza, com os taliban, mesmo que eles se chamem “estudantes de teologia”. É com todos os outros. Gostava que reagisses a isto.

* A questão do medo, da participação, da escolha entre liberdade e participação na responsabilidade. Vejo o que está a acontecer nos nossos meios de comunicação, nomeadamente na televisão. Espalham de uma maneira incrível o medo e o terror neste país. E também as outras televisões do mundo. Como é que podemos lutar contra o medo que se está a instalar? Isso é fazer o jogo do terrorismo. Terrorismo é espalhar o terror. As pessoas ficam coladas à televisão, muito incomodadas e muito assustadas. O medo tira os pensamentos positivos, a fé, a crença.

* Por que não se fala no Pentágono? O medo só interessa ao terrorista, ou também interessa a quem não é terrorista? De facto a quem favorece aquele acto terrorista?

* Não é uma pergunta. É profundamente lamentável que tudo isto tenha surgido, que todas estas contradições se tenham tornado tão notórias, vindas de um sítio onde é tão notória a opressão sobre as mulheres. O que é lamentável é que tenha sido dali que tenha partido uma coisa que, para todos nós, era motivo de reflexão e já foi motivo de reflexão aqui e que é a necessidade de criar uma nova ordem social entre as pessoas. Alguém dizia que quando os ricos não resolvem os problemas dos pobres, os pobres mais tarde virão resolver os problemas dos ricos. Talvez nós estejamos agora a assistir a qualquer transformação que, lamentavelmente, está a surgir da pior maneira, vinda do pior lado e pelas piores razões.

* Gostaria de fazer uma reflexão, retomando dois motes que estiveram no discurso de Luís Motta.

Será possível estabelecer um diálogo com os “estudantes de teologia”? Aquilo que aconteceu, poderemos considerá-lo como uma surpresa?

Quanto à primeira questão, a única e inequívoca resposta diz respeito à possibilidade do diálogo, evidentemente negativa. E esta questão é extremamente delicada e simultaneamente perigosa, a de se pôr o símbolo de uma equação: Fundamentalismo/Islão. De facto, os fundamentalistas evocam a religião para se servir dela para fins que não têm nada a ver com o Islão. O próprio Alcorão que constitui a fonte principal da conduta dos muçulmanos diz especificamente que um muçulmano que mata um outro muçulmano deliberadamente será punido com o castigo do inferno. Os taliban, que são apenas uma das facções do fundamentalismo, têm demonstrado repetidas vezes que não são muçulmanos, não respeitam os preceitos dessa religião. Invocam questões religiosas para conduzir a sua política que visa simultaneamente a uma contestação por todos os meios não só do mundo ocidental mas também de outros muçulmanos que não partilham dessas opiniões.

A questão da surpresa. Em relação ao mundo que nos rodeia somos muitas vezes cegos ou surdos. Gostaria de deixar bem clara a impossibilidade de vermos o Islão como sinónimo de fundamentalismo.

JS: Acho que estas questões não têm resposta. Especialmente numa noite. São questões muito complexas. É impossível qualquer de nós dar resposta total. Maneiras de ver, cada um tem a sua. Há maneiras mais ideológicas; há maneiras mais pragmáticas; há a preocupação da justiça; há a preocupação do bom senso; há uma série de preocupações diferentes e os resultados não são os mesmos. Quando houve um conflito entre quem usava a pedra e os que usavam os metais, os que usavam a pedra não venceram. Acabaram derrotados. E a história da Humanidade é uma história de vitórias das tecnologias e de quem as saiba integrar. Não é só o domínio da metalurgia, é a organização social que permite que essa tecnologia produza efeitos. Podemos raciocinar como quisermos, mas se não tivermos respeito pelos factos, estamos iludidos.

Houve uma reflexão muito longa, muito difícil (talvez alguns tenham lido sobre isso) nas principais universidades inglesas, por alturas de 1935-36, em alguma da melhor juventude inglesa, aquela que tinha mais possibilidade de estudar e de se cultivar, venceu a ideia de que o colonialismo inglês era pior. E decidiram que não deveriam combater na guerra contra os nazis. Alguns acabaram por o fazer, por uma questão de sobrevivência, outros não combateram. Mas depois ficaram sempre em oposição ao sistema inglês e o recrutamento de espões nas universidades inglesas foi também o resultado disso. Nós hoje temos dificuldade em imaginar estas discussões académicas, num contexto em que se preparavam decisões complicadíssimas. Não gostaria de cair nesse tipo de reflexões. Não tenho dúvida de que sou ocidental. Se gostasse de viver num país oriental, já tinha ido para lá. Todos os amigos que tive a viver em países árabes ou de outras culturas muito diferentes, voltaram; não era o mundo deles. Eu não tenho dúvida da cultura a que pertencemos. Mas se alguém tem dúvida, é melhor fazer a experiência.

Também não tenho dúvidas de que a religiosidade islâmica, por uma questão sociológica, tal como está a ser vivida, é um anacronismo. Em parte deve-se ao petróleo. Porque, se não

houvesse a possibilidade de alguns países árabes terem as receitas do petróleo, o que lá se vivia era a civilização do camelo. Porque a tecnologia não daria para mais. Têm de copiar a tecnologia ocidental. O facto de alguns daqueles Estados terem receitas de muitas centenas de milhões de contos por ano permite que tenham um exército moderno, uma polícia moderna, possibilidades de ter uma estratégia internacional. Sozinhos não conseguiam. Os países que não tinham petróleo ficaram para trás. E uma parte da credibilidade que o Islamismo hoje representa, na sua forma medieval, vem de eles serem viáveis tecnologicamente. Mas viáveis pela tecnologia alheia, não pela tecnologia própria. De algum modo, seria como se o nosso D. Miguel tivesse petróleo. O Miguelismo seria respeitável, nesta altura, e estaríamos a discutir qual seria melhor, se o Miguelismo, se o Liberalismo. O Miguelismo não tinha saída em si mesmo, mas, se tivesse tido receitas abundantes, se calhar esse modelo teria durado. Estaríamos ainda a discutir o integrismo religioso, político e cultural. E se as mulheres não deveriam era estar em casa. E se não se deveria ter escravos.

Muitos países têm ainda escravatura, neste momento. As teocracias: o Sudão, que fez uma revolução socialista, tem; a Mauritânia, tem. A situação da mulher é conhecida. O direito corânico permite cortar bocados às pessoas. Tenho dificuldade em aceitar isto. Mas, se aceitarem que é respeitável, por mim, não vou viver para lá com certeza. Um amigo meu viveu na Síria, onde havia liberdade religiosa. Total liberdade religiosa – era a doutrina oficial. Só que ir à missa era obviamente fundamentalismo e os muçulmanos deviam matar quem fosse à missa. Todas as manhãs havia um estímulo para matar, na rua, qualquer pessoa de uma religião diferente. Portanto, não sei se não temos um pouco tendência para discutir coisas que não têm fundamento nenhum, com a liberdade de discussão que temos no mundo ocidental – em Portugal essa liberdade é recente –, coisas que são anacronismos históricos. O que estou a dizer são alguns tópicos da dificuldade de acompanhar o que se passa.

A União Europeia: a União Europeia, verdadeiramente, não existe. Só quem quer acreditar acredita. É a história do bom aluno. A UE é um mercado único de liberdade de comércio, com regras que interessam aos grandes países europeus. A legislação anti-concorrência é aplicada de maneira diferente em relação a grandes e pequenos países. O princípio da coesão está a ficar em segundo lugar, porque neste momento não interessa. Era básico. Agora o que interessa é o princípio do Mercado Comum. E, se se fizer um alargamento ao centro, é porque interessa à Alemanha estabilizar aquela região.

Acho que a Inglaterra nunca teve essa ilusão. Está na Europa na medida em que tem que estar, de fora teria menos influência, mas os interesses ingleses é que prevalecem. Como os dos alemães, franceses ou espanhóis. E os interesses dos holandeses, que têm uma estratégia própria. Nós não temos, infelizmente. Não temos estratégia. Nem petróleo. Portanto, não temos voto na matéria.

O que vai acontecer à UE depende do quadro mundial e não vai ter a ver com princípios teóricos. Se a UE tivesse alguma coisa a dizer, já tinha dito. Os ingleses tomaram o papel que tomaram, os outros principais países não quiseram ficar atrás e disseram: "Nós também vamos. Mandamos uns soldados." Uns com especialistas em guerra nocturna. Os italianos não sabiam, dissessem eles do que precisavam, *carabinieri* ou alpinos, logo se verá. Os alemães disseram que também estão dispostos a ir, quanto mais tarde, melhor.

Para mim não é jocoso. Estas coisas começam por parecer inocentes. A má consciência ocidental não nos ajuda muito: mostra a Irlanda, o País Basco, a Argélia, país onde tem havido mais vítimas do terrorismo. Não tem nada a ver com os americanos. Na Síria tem havido dezenas de milhares de mortos, se não centenas de milhares, no Iraque. O modo como os Xiitas são tratados não é aceitável. Não tem nada a ver com os americanos. Tem a ver com uma cultura de intolerância. Quando nos baralhamos, falamos das coordenadas do nosso princípio básico de tolerância e de liberalismo (que a Europa demorou

muitos séculos a adoptar) ainda não consolidado, como se viu na II Guerra mundial: a intransigência e os regimes totalitários na Europa estiveram de boa saúde. Se vamos entrar numa época de dificuldades ou numa época de medo, os totalitarismos podem vir ao de cima outra vez, e a intransigência também. Era bom termos uma noção do que é que salvaguarda a capacidade de viver em conjunto e não nos deixarmos iludir. Saber se estamos a fazer o jogo dos americanos, ou dos ingleses ou dos árabes. Com o Sr. Bin Laden não tenho rigorosamente nada. Acho que é um caso de mau exemplo. E há muitos outros de mau exemplo. Não me faz perder um segundo. Agora o que pode resultar desta situação de conflito, se não for resolvida rapidamente, isso já me preocupa muito: pode haver um retrocesso enorme, como houve noutras épocas históricas. Não é a primeira vez que há regresso a uma época negra, porque os problemas não foram resolvidos capazmente.

LM: Gostei bastante desta intervenção do João Salgueiro, de um grande bom senso, realismo e profundidade na sua leitura dos acontecimentos. Agora, do que eu disse: reconsidero um pouco, até pelos contributos que as intervenções suscitaram. É quase impossível ter um discurso coerente quando estamos a falar de coisas tão contrastadas na própria realidade. Estava a ouvir o João Salgueiro e apeteceu-me dizer-lhe: o Egipto não tem petróleo, Marrocos não tem petróleo e são países islâmicos. Às vezes simplificamos, na forma de dizer. Caí no disparate de falar de diálogo com os taliban, há pouco, ironizando com a questão de eles se designarem "estudantes de teologia", de serem docentes nas madrassas, nas escolas corânicas. O que eu quis dizer naquele contraste foi a nossa capacidade cristã, que houve, de releitura das nossas raízes de forma progressista. E apeteceu-me que eles também o conseguissem fazer. Não tenho qualquer expectativa de diálogo com os taliban, é claro!

Do ponto de vista de muitas das afirmações que aqui foram feitas, se fôssemos deitando sobre elas um olhar crítico, havíamos de ver quanta imprecisão nos saiu da boca. Por exemplo, quando se falou de etnicidade como estando aqui em jogo.

Recordo que não há uma questão étnica: há miríades de etnicidades – a árabe, a persa, a pashtun, etc. Ainda por cima, quando falamos de Islão é quase impossível falar no singular. Qual Islão? Sabemos primariamente que há o sunita e o xiita. Mas mesmo dentro destes, quantas variantes não há? Estando, como está, conectado com interesses políticos, quantas manipulações, quantas instrumentalizações à volta do Islão? Quando pergunto se estamos numa guerra religiosa – e o João Salgueiro diz 'eu não tenho nada a ver com Bin Laden' – apetece-me logo dizer assim: "mas olhe que eu também tenho muito pouco a ver com Bush". E, no entanto, respeito uma série de coisas dele. Condeno o Bush, acho criminoso ele ter impedido o protocolo de Quioto, não concordo com o que ele tem feito. São coisas que afectam a Humanidade, a Terra. Não tenho nada a ver com nenhum deles. Agora, Bin Laden fala de Alá, os outros dizem 'God bless America'. Mas isto não é, não pode ser, uma guerra de religião. É um tema que me é muito caro e que me suscita tanta coisa que eu me estou a conter para não o desenvolver muito. Deixem-me só recordar isto. A maior parte das pessoas aqui presentes conhecem um pensamento que fez furor e de que tantos falam, provavelmente sem conhecerem ao certo as implicações: é o tema da guerra das civilizações. Título do célebre livro do teórico americano Samuel Huntington, que fez furor em muitos meios. Estou a lembrar-me de que, há dez anos escrevi um texto, imediatamente a seguir ao fim da guerra fria, e que intitulei: 'Inimigo, precisa-se'. O Ocidente sabe mal viver sem inimigos. Muito rapidamente era perceptível que se ia tentar criar no mundo islâmico um inimigo de recurso, face ao declínio do inimigo soviético. Isso foi uma questão importantíssima. E Huntington teorizou sobre isto, olhando para o panorama mundial e vendo que havia grandes identidades civilizacionais: a ocidental, a latino-americana, a ortodoxa, a africana (da qual ele duvida), a hindu, a japonesa e a chinesa. E acha que o grande risco para o Ocidente será o da civilização islâmica, que vai de Agadir, em Marrocos, até à extremidade da Indonésia. E o perigo crescente é que – uma ameaça que ele vê como virtual, mas pesada – esse inimigo islâmico se associe ao potencial chinês para pôr em perigo a hegemonia do Ocidente. Considera

que o que se está a passar pelo mundo é fenómeno e manifestação desta guerra das religiões. Esta posição teórica dos americanos, ou de Huntington, que foi muito influente nos Estados Unidos, foi sistematicamente criticada pelos europeus, tanto pelos políticos como pelos académicos. Foram implacáveis na crítica e exemplificavam com coisas tão simples como: *"quando os americanos vão para a Bósnia defender os muçulmanos, então qual é a guerra de religiões?"*

Um dos maiores riscos, perante tudo isto, é imaginar que se está perante um conflito civilizacional entre o Ocidente e o Islão. E digo com algum pudor e vergonha que ouvi políticos portugueses retomarem uma expressão que eu considerava sepultada na nossa memória colectiva, que era a ideia do "mundo livre". Foi usada de novo, agora. Era usada no meu, no nosso, tempo de ditadura. Falava-se do mundo livre, e nós éramos dele, por oposição ao mundo comunista. Tornar a ouvir falar de mundo livre agora...!!

É este tipo de coisas que temos absolutamente que submeter a crítica, não pensar de maneira nenhuma que o que está presente, por baixo desta poeira dos olhos, é uma guerra de religiões. Seria tão simplista eles dizerem: os cristãos, quando sabemos quantos cristianismos há, quantos cismas históricos houve. Não simplifiquemos estas coisas e não as reduzamos a questões ora civilizacionais, ora religiosas. Desculpem se estou a ter um discurso um pouco descosido...

Na nossa reflexão sobre fenómenos destes, a pior tentação que nos pode cair em cima é encontrar uma explicação única para os fenómenos. Já me deixei disso. Houve um tempo em que eu achava que o segredo da História era a luta de classes. Já não acho que seja. Alguns acham que é a luta de civilizações. Não é esse o segredo da História. Os fenómenos estão muito intrincados, não tenhamos explicações simplistas para eles.

E, todavia, a complexidade da análise e os matizes do nosso discurso não nos devem impossibilitar de tomar decisões

firmes quando as questões são cruciais. Mal ou bem, tentei trazer aqui alguma firmeza de discurso, ao dizer que identifiquei tal acto como crime contra a Humanidade, que acho que ele deve ser punido, que acho que essa punição compete a uma jurisdição internacional. Três ou quatro coisas basilares que resolvi aqui trazer no meio de uma complexidade de análise, que todos reconhecem tão bem como eu. Mas são discursos um pouco desconexos, ainda desarrumados.

JS: A Jurisdição Internacional é um elemento. Mas do que precisamos é da organização do espaço internacional – a jurisdição é apenas um dos aspectos. Sozinha não tem condições para sobreviver, se não houver alguma lógica efectiva das organizações mundiais.

A outra questão tem a ver com o problema dos fundamentalismos. O Egipto não tem petróleo, Marrocos também não tem. Mas não é esse o problema. É que estes países tiveram um processo de modernização, quando sob influência europeia. Foi também o que Attaturk fez na Turquia. Estou é a falar dos países que não deixaram de abandonar os valores medievais, integralmente. A classe dirigente desses países que referiu podia ser ocidental, no sentido de que tem pudor em não aceitar os direitos humanos. Pode não os aceitar, de facto. Mas não o diz. Como no mundo ocidental, as pessoas podem não respeitar, mas não o dizem.

Quanto ao mundo livre: nós não fazíamos parte do dito mundo livre. Mas noutros países tinha sentido a garantia de liberdades fundamentais.

LM: Historicamente?

JS: Historicamente, como se viu. E esse é que é o problema. Não limita a mudança. E o outro sistema limitava a mudança. Portanto acabou. Fechou por inviabilidade.

MLP: Pois. Eu acho que não limita a mudança, mas tem muita dificuldade em encontrar, neste momento, caminhos.

Quero tentar tocar no ponto em que alguém falou: a globalização. Falei há pouco da globalização como inevitável, não no sentido fatalista mas mais como um caminho necessário, até bom. Mas é uma globalização que precisa de vários elementos de regulação. Mesmo quando falei dos meios electrónicos e de outros, económicos, evidentemente são esquemas de regulação que estão por descobrir. Ainda não estão postos no papel e há muito pouca gente a trabalhar nisso. Quando falamos no papel importante das Nações Unidas como organização do espaço, acho que é altura, neste momento, de dizer que os Estados Unidos não têm que continuar esta peça. Tiveram um mandato das Nações Unidas. As Nações Unidas, agora com o Prémio Nobel, têm que retomar a orientação do que se está a passar. Não reconheço neste momento legitimidade aos Estados Unidos, a não ser que queiram fazer realmente a vingança pura e simples, para uma guerra interminável.

Isto tem a ver com a questão em que alguém falou: "Por que falamos nós das Torres e não do Pentágono?" Tem sido dito abundantemente que é uma fantástica manipulação. Todos os meios de comunicação social têm concedido que falar no Pentágono é falar no coração militar do supremo poder existente na Terra. É mais fácil falar nas Torres, onde havia oitenta escritórios e outras instituições; gente, como disse o Luís Moita, de outros países; as Torres eram em Nova Iorque e toda a gente gosta muito de Nova Iorque. Há aí como que um aspecto afectivo. Falar no Pentágono, na destruição da ala do Pentágono, é dizer: "Fomos atacados mesmo no centro do nosso poder." Tanto, que o que tem vindo agora a lume é que a orientação dada aos caças que já estavam no ar, para o avião que se despenhou na Pensilvânia, teria sido: "De modo nenhum a Casa Branca, evitar a Casa Branca." Entretanto, o primeiro avião foi parar ao Pentágono, para não cair na Casa Branca. Há aqui um aspecto que os meios de comunicação evadem completamente, como se praticamente não existisse. Apenas no momento muito solene em que todos vêm prestar homenagem aos que morreram, o que é perfeitamente certo e justo. Neste momento em que estamos, eu pessoalmente o que

Números publicados desde 1999:

- 1 – *Vida Consentida, ou com Sentido?* – M. J. Carmo Ferreira
- 2 – *Para uma Ética do Cuidado: uma Perspectiva Judaica* – Esther Mucznik
- 3 – *Pobreza e Solidariedade* – Alfredo Bruto da Costa
- 4 – *A Simbólica do Graal* – Yvette K. Centeno
- 5 – *Solicitude e Tecnociências*: – Maria Manuel Araújo Jorge
- 6 – *Ética Global no Tempo da Globalização*: – Hans Küng
- 7 – *Limites da Ciência* – Alexandre Quintanilha
- 8 – *Liberdade e Tempos “Livres”* – Maria João Seixas
- 9 – *O Sintoma Big Brother* – J. Gabriel Pereira Bastos, Eduardo Cintra Torres,
M.^a Alzira Seixo
- 10 – *Deserto e Metamorfose* – Carlos Silva
- 11 – *Linhas do Pensamento Actual* – Eduardo Prado Coelho

Responsáveis de edição: Isabel Allegro de Magalhães
Maria Antónia Coutinho
Selomith Cohen
GRAAL – Terraço
R. Luciano Cordeiro 24 - 6.º A - 1150-215 Lisboa
Fax: 21 314 25 14 – Telef.: 21 354 68 31
e-mail: graal-56@clix.pt

Próxima publicação: Março de 2002

Assinatura (4 números): 12,5 €

Número avulso: 3,50 €

Execução
na Gráfica Maiadouro – Maia
Tiragem: 1000 exemplares
Dezembro de 2001

Depósito Legal n.º 129 598/98

Tudo no mundo está dando respostas, o que demora é o tempo das perguntas

José Saramago

O Terraço é

- um espaço de encontro, procura, convívio
- uma rede de ideias, sonhos, afectos
- um lugar de reflexão, convergência, intervenção
- um apelo à Celebração da Vida, à Transcendência, ao Espírito

Graal

PUBLICAÇÕES TERRAÇO

12